

Rosimenia de Fátima Pucci

**MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS E O ADOLESCENTE
EM CONFLITO COM A LEI**

**- Uma análise da percepção do adolescente sobre sua vivência em medida
socioeducativa de internação -**

Trabalho apresentado para obtenção do título de Especialista no Curso de Pós-Graduação em Gestão em Centro de Socioeducação, ofertado pelo Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, em parceria com a Secretaria de Estado da Criança e da Juventude do Paraná.

Orientação:
Profa.Dra. Sônia Guariza Miranda

Curitiba - 2010

Dedico este trabalho aos profissionais educadores, que se dispõe a ousar, criar e transformar, através do conhecimento e da ação, porque acreditam no ser humano como sujeito que tem potencial para vencer os fracassos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida, por através dela, criar coragem e convicção para delinear minhas metas, sonhar além dos meus limites e, sem medo, fixar meus projetos muitos especiais. "Viver e estar a caminho, em busca de uma constante realização".

Por tua orientação, que eu possa caminhar sempre dentro dos limites, confiantemente, estabelecidos pelo teu amor.

Pai de Bondade que me deu a vida e a saúde para vencer obstáculos e concluir a mais uma jornada.

À família, aos meus pais Aldo Pucci (em memória) e Ivone Sado Pucci, as minhas filhas Carolina Pucci Ianick e Camila Pucci Ianick, ao meu netinho Eduardo Pucci Chaves, pela compreensão nos momentos de ausência no convívio familiar e pelo incentivo com o qual me fez vencer a mais uma etapa da minha vida. Com eles aprendi que "há sempre um sol brilhando além das nuvens sombrias".

Aos mestres, que de maneira clara e sutil souberam me conduzir nos caminhos da busca do conhecimento, pois afinal: "Nunca é tarde para aprender". A eles muito obrigado.

À Orientadora, Professora Sônia Guariza Miranda pelo acompanhamento seguro e preciso demonstrando disponibilidade durante a realização deste trabalho.

E, finalmente, agradeço a todas as pessoas que, de forma direta ou indireta, contribuíram para a realização deste trabalho.

RESUMO

É objetivo do presente trabalho fazer uma análise das medidas socioeducativas elencadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Esta abordagem sobre o tema medidas socioeducativas destinadas a adolescentes autores de atos infracionais, procura identificar quais são as causas que levam esses adolescentes a delinquir, o núcleo familiar, as condições sócio-econômicas dessas famílias. Ao longo deste trabalho será apresentado um breve resumo do histórico da legislação no Brasil, como ela está organizada nos dias atuais e como se organiza o Estatuto da Criança e do Adolescente. Serão também descritas as medidas socioeducativas previstas por este Estatuto e em que situações são aplicadas aos adolescentes autores de atos infracionais. O presente estudo também aborda a situação do adolescente autor de ato infracional em regime de internação, através de pesquisa realizada no Centro de Socioeducação Fazenda Rio Grande. Esta pesquisa visa identificar o perfil dos adolescentes internos da instituição, investigando sua vida pregressa e os motivos que os levaram ao cometimento do ato infracional, bem como o uso de drogas e a situação familiar destes internos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
CAPÍTULO I	11
1.1. HISTÓRICO DA LEGISLAÇÃO PARA ADOLESCENTE AUTOR DE ATO INFRACIONAL	11
1.2. ASPECTOS GERAIS DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS AO ADOLESCENTE AUTOR DE ATO INFRACIONAL	11
1.3. MEDIDAS APLICADAS AO ADOLESCENTE AUTOR DE ATO INFRACIONAL	14
1.3.1 Advertência	14
1.3.2 Obrigação de reparo o dano	15
1.3.3 Prestação de serviços à comunidade	15
1.3.4 Liberdade Assistida	16
1.3.5 Inserção em regime de semiliberdade	17
1.3.6 Internação em medidas socioeducativas	18
1.3.7 Qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI	19
1.3.8 Remissão	20
1.4. ATO INFRACIONAL	21
1.4.1 Procedimento e apuração do ato infracional	23
1.4.2. Perfil do adolescente autor de ato infracional	25
CAPÍTULO II	29
2.1 O ESTADO A SOCIEDADE, A FAMÍLIA E O ADOLESCENTE AUTOR DE ATO INFRACIONAL	29
2.2 SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO - SINASE ...	30
CAPÍTULO III	33
3.1. À ANÁLISE DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO	33
3.1.1. As bases dos centros de socioeducação no Paraná	33
3.1.2. Caracterização medida de internação	34
3.1.3. Público alvo: adolescente autor de ato infracional	35
3.1.4. Objetivos: Compete ao CENSE	35
CAPÍTULO IV	38
4.1. PESQUISA DE CAMPO NO (CENSE) CENTRO DE SOCIOEDUCAÇÃO FAZENDA RIO GRANDE	38

4.1.1. Caracterização do CENSE 38

CAPÍTULO V 43

CONSIDERAÇÕES FINAIS 43

REFERÊNCIAS 44

ANEXOS 46

INTRODUÇÃO

As formas de responsabilização aplicáveis a crianças e adolescentes, que cometem delito, vêm sofrendo alterações, ao longo dos tempos, em busca da realização de medidas que proporcionem resultados mais efetivos para toda a sociedade e sobretudo para o adolescente em sua formação integral, envolvendo a política de atendimento à infância e adolescência.

As medidas socioeducativas elencadas no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), são meios de responsabilização, que podem ser aplicadas ao adolescente que praticou ato infracional, de acordo com critérios e condições.

Em meio a políticas negativas impostas à criança e ao adolescente, a Constituição Federal de 1988, com seu art. 227, possibilitou o surgimento de uma nova política de atendimento aos direitos da infância e juventude: a Proteção Integral jurídico social.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

A nova doutrina vem estabelecer direitos às crianças e aos adolescentes, passando a considerá-los indivíduos em condição peculiar de desenvolvimento, merecedores de prioridade absoluta na efetividade de suas garantias, determinando a responsabilidade do Estado, sociedade e família, como sendo entes que devem assegurar o cumprimento dos ditames que beneficiam à infância e a adolescência.

O sistema socioeducativo, nesse sentido, vem também evidenciar os direitos estabelecidos pelo novo paradigma, possibilitando a realização de medidas que propiciem a ressocialização do adolescente autor de ato infracional, por meio de ações pedagógicas, de cunho também punitivo, em conjunto com ações beneficiárias.

Assim, evidencia-se a evolução histórica das políticas de atendimento à infância e adolescência, pois estas sofreram mudanças importantes a fim de proteger com maior intensidade os interesses das crianças e dos adolescentes.

A justificativa para este trabalho está em que, apesar dos vários preceitos que norteiam a nova política de atendimento da infância e juventude, a realidade

das crianças e adolescentes no país demonstra um descaso com suas necessidades e direitos, sendo muitos os problemas e situações indignas enfrentadas por estes sujeitos. O meio socioeducativo, nessa mesma perspectiva, não vem assegurando, muitas vezes, garantias inerentes ao adolescente autor de ato infracional.

Este trabalho tem como ponto principal fazer uma análise sobre as medidas aplicadas ao adolescente autor de ato infracional para possibilitar a verificação dos regimes que mais enfatizam as diretrizes da nova política de atendimento da infância e juventude, como também permitir a averiguação das políticas e ações necessárias em prol da inclusão do adolescente infrator na sociedade.

Tem-se, então, como objetivo geral analisar as medidas socioeducativas, diante de seus aspectos promissores e retrocedentes a partir do depoimento do adolescente autor de ato infracional, subsidiando as análises nos enfoques teóricos tratados na revisão de literatura da área, a saber, na área jurídico-social o ECA e o SINASE, já abordados neste estudo, bem como das contribuições da área de psicologia do desenvolvimento do adolescente, e da área sociologia, a serem aprofundados mais à frente.

Em relação aos aspectos metodológicos, a investigação desenvolveu-se por meio de pesquisa bibliográfica e de documentos como o Estatuto da Criança e do Adolescente, projeto político-pedagógico e regimento interno da unidade estagiada. A pesquisa de campo será feita por meio de entrevista realizada a partir de um roteiro semiestruturado básico com adolescentes autores de ato infracional da unidade pesquisada e posterior análise dos dados coletados por meio deste.

No primeiro capítulo, discorre-se sobre os aspectos gerais das medidas socioeducativas aplicadas ao adolescente autor de ato infracional, segundo o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). De início, apresenta-se uma análise sobre a evolução das legislações, já evidenciadas no Brasil. Por conseguinte, verificam-se alguns elementos importantes para a análise do adolescente autor de ato infracional, desde uma explanação sobre características da adolescência, passando pelo conceito de ato infracional, bem como o perfil do adolescente autor de ato infracional. Por fim, uma abordagem sobre os tipos de medidas aplicáveis ao adolescente autor de ato infracional.

No segundo capítulo, analisam-se os papéis do Estado, da sociedade e da família no panorama da infância e juventude, bem como o levantamento por meio

de questionário das principais violações cometidas à criança e ao adolescente pelos seus entes de responsabilização, como também a verificação de ações e políticas propulsoras em prol da infância e juventude, que vêm sendo praticadas.

No terceiro, dedica-se a análise da medida socioeducativa de internação em relação ao adolescente autor de ato infracional, diante da proposta ressocializadora do sistema socioeducativo.

No quarto capítulo há o relato e análise de dados de pesquisa de campo. Neste estudo de campo, entretanto, dadas as condições temporais possíveis, far-se-á um enfoque específico sobre a percepção do adolescente autor de ato infracional, submetido à medida socioeducativa de internação, em relação aos aspectos negativos e positivos desta medida em seu projeto de vida, analisando em seu relato os antecedentes que levaram este adolescente a esta medida e suas perspectivas futuras.

No quinto e último capítulo este estudo apresenta suas Considerações Finais, bem como algumas reflexões à guisa de encaminhamentos que possam contribuir para a superação de aspectos levantados nos depoimentos dos adolescentes que participaram como entrevistados, estando em medida socioeducativa de internação no CENSE (Centro de Socioeducação) de Fazenda Rio Grande, Paraná, em novembro de 2011.

CAPÍTULO I

1.1. HISTÓRICO DA LEGISLAÇÃO PARA ADOLESCENTE AUTOR DE ATO INFRACIONAL

Antes do séc. XIX, os menores eram punidos de acordo com o delito praticado, sendo regidas por meio das Ordenações Filipinas que tinham penas cruéis, com o objetivo de conter os crimes por meio do terror.

O precursor da legislação brasileira para com o menor foi o Código Criminal do Império, promulgado em 1830, que estabelecia a idade de 14 anos como idade inicial para a responsabilidade penal. Nesta época ainda não se respeitava os direitos do menor infrator, sendo que muitas vezes estes eram presos junto com adultos.

Com o advento da República as leis em relação aos menores infratores foram modificadas, já em 1890 o código penal declarou os menores de 09 anos imputáveis e os que fossem maiores de 09 anos seriam submetidos a avaliação de um juiz. Em 1924 surge o primeiro Juizado de Menores no Brasil como meio de dar aos menores infratores um tratamento diferenciado dos adultos.

Foi em 1927 que foi promulgado o primeiro Código de Menores no Brasil, surgindo da necessidade de se criar leis específicas para as crianças e adolescentes. Neste tempo, as crianças e adolescentes eram submetidos às maiores arbitrariedades, violências e humilhações, vivenciados nos reformatórios em que eram internados os menores infratores, na tão famosa FEBEM (Fundação Estadual de Bem Estar do Menor).

Esta forma de tratamento ao menor infrator durou até 1988, quando então surgem mudanças na legislação, quando então foram garantidos os direitos à criança e adolescente, baseadas na Doutrina de Proteção Integral ao adolescente.

Em 1990 surge então o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) que assegura ao adolescente o direito de proteção integral, dando a estes direitos de cidadãos. O Estatuto da Criança e do Adolescente é considerado uma das completas leis de proteção a criança e ao adolescente.

Pelo Estatuto, o adolescente é tratado como uma pessoa em desenvolvimento tem por objetivo tratar os adolescentes em três categorias, sendo

a primeira, os que estão em situação irregular, em segundo os adolescentes vítimas e em terceiro os adolescentes autores de atos infracionais.

Ele se propõe a estabelecer medidas de proteção a crianças e adolescentes, principalmente de caráter pedagógico, visando evitar que estas crianças e adolescentes cometam infrações e dando condições aqueles que cometem esses atos, de se reintegrarem de forma saudável à sociedade sem carregarem o estigma de delinquentes.

1.2. ASPECTOS GERAIS DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS AO ADOLESCENTE AUTOR DE ATO INFRACIONAL

Em 1990, promulgou-se o (ECA) Estatuto da Criança e do Adolescente, ratificando a Declaração Universal dos Direitos da Criança e do Adolescente (1959), da Organização das Nações Unidas, seguindo o princípio da cidadania, e revogando o Código de Menores de 1979, que ainda reproduzia a concepção de menor em condição irregular do primeiro Código de Menores, do Brasil, de 1927. O Estatuto da Criança e do Adolescente consolida um novo paradigma de proteção integral jurídico social.

O ECA pode ser considerado como um marco referencial de avanço dentro do Brasil nesta área. E, assim sendo, pode também ser considerado como um valioso definidor de políticas públicas, devendo igualmente ser utilizado como critério de análise e avaliação das políticas públicas já adotadas nos anos que se seguiram à sua aprovação. Neste novo paradigma jurídico, político e administrativo, o atendimento a crianças e adolescentes é considerado parte integrante das políticas sociais, sendo esta responsabilidade descentralizada e transferida para a sociedade civil, através de Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, em níveis Nacional, Estaduais e Municipais, dos Conselhos Tutelares nos municípios. (MIRANDA, 2005, p.49).

O ECA em seus artigos 112 a 125 define quais medidas devem ser adotadas aos adolescentes de 12 a 18 anos que cometem atos infracionais: I) advertência; II) obrigação de reparar os danos; III) prestação de serviço à comunidade; IV) liberdade assistida; V) semiliberdade; VI) internação. A diferença dessas medidas em relação às do Código Penal brasileiro é o seu caráter socioeducativo. Os jovens com idade menor de 18 anos são penalmente inimputáveis, ou seja, em caso de cometerem atos infracionais não podem ser submetidos à processualística criminal para adultos, e sim às medidas sócioeducativas já citadas acima, que colocam o adolescente autor de ato infracional, sob a custódia do Estado, privando-o de

liberdade total ou parcialmente, são reservadas a adolescentes que cometem infrações graves. Apesar de não estar estabelecido o tempo dessa privação, este não deverá ultrapassar três anos. A liberdade é compulsória aos 21 anos.

Outras medidas dirigidas ao adolescente são as de proteção, que possibilitam ações sociais, como tratamento médico, psicológico, educativo, ao adolescente e de sua família. São procedimentos destinados a crianças e adolescentes, que tiveram suas garantias ameaçadas ou violadas.

Um adolescente submetido a qualquer das medidas socioeducativas em razão atos infracionais cometidos, continua depositário do direito de receber as medidas de proteção citadas.

As medidas socioeducativas são formas de responsabilização aplicáveis ao adolescente autor de ato infracional. Para a aplicação destas medidas, é imprescindível que se leve em consideração a idade do adolescente, à data do delito praticado, sendo meios que podem ser concedidos isolados ou cumulativamente, podendo ser substituídos a qualquer tempo. Tais regimes devem realizar-se em conjunto com políticas públicas, respeitando os direitos da infância e juventude e sua condição de cidadão.

O sistema socioeducativo visa o resgate, à reintegração do adolescente autor de ato infracional à sociedade, mediante procedimentos pedagógicos que desenvolvam a sua capacidade intelectual, profissional e o seu retorno ao convívio familiar.

Além da qualidade pedagógica, as medidas socioeducativas possuem um caráter punitivo. A responsabilização do adolescente, que comete ato infracional, também se opera por meio da imposição de uma sanção. A coerção é mais sentida e vivenciada nos meios que restringem o direito de ir e vir do adolescente ator do ato infracional ou seja, nas medidas de internação.

Obedecendo ao ECA, o Brasil aderiu formalmente à concepção da criança e do adolescente como sujeitos detentores de direitos, de potencialidades a serem desenvolvidas em sintonia com as normas internacionais. Concebe-se a criança e o adolescente como um ser em desenvolvimento, diferente do adulto, e que traz em si uma gama de possibilidades de aprimoramento para a nossa sociedade. Com o ECA surgiram os primeiros centros de defesa do adolescente, que assumem a linha política indicada no art. 87 inciso V do Estatuto, assegurando "a proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente".

Na estrutura administrativa do Estado, o Ministério Público passou a ter funções diversas e correlacionadas à garantia dos direitos desse segmento. E, para formular políticas e controlar ações, o Estatuto da Criança e do Adolescente, instituiu o Conselho Nacional de Direitos da Criança (CONANDA) – os Conselhos Estaduais e os Conselhos Municipais.

1.3. MEDIDAS APLICADAS AO ADOLESCENTE AUTOR DE ATO INFRACIONAL

Os possíveis meios de responsabilização, aplicáveis ao adolescente autor de ato infracional, defendem a sua ressocialização e estão previstas no art. 112, do ECA:

Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

- I - advertência;
- II - obrigação de reparar o dano;
- III - prestação de serviços à comunidade;
- IV - liberdade assistida;
- V - inserção em regime de semiliberdade;
- VI - internação em centros de socioeducação;
- VII - qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI;

1.3.1 Advertência

Consiste em uma coerção admoestatória, executada pelo promotor de justiça ou pelo juiz. Dirige-se ao adolescente que cometeu ato infracional de pouca gravidade e pela primeira vez. O procedimento deverá ser reduzido a termo e assinado, como alega o art. 115, do ECA. Esta admoestação implica ao juiz ou ao promotor de justiça na leitura da conduta praticada, na censura e na explicação da ilegalidade do ato infracional cometido pelo adolescente, estando presentes os seus pais ou responsáveis, e ao adolescente, na promessa de que o evento delituoso não se realizará de novo.

O art. 114, § único, do ECA, afirma que a imposição da advertência pressupõe a prova da materialidade e de suficientes indícios da autoria do ato praticado pelo adolescente.

Tal medida poderá ser aplicada na fase extrajudicial, por ocasião da remissão (forma de exclusão do processo), imposta pelo promotor de justiça, homologada pelo juiz, ou na fase judicial, empregada pelo juiz, durante o curso de investigação da conduta infracional, ou depois da sentença.

1.3.2 Obrigação de reparo o dano

É uma medida que visa à restituição da coisa, ao ressarcimento do dano sofrido pela vítima e/ou à compensação do prejuízo desta pelo adolescente autor de ato infracional, como dita o art. 116, do ECA: as infrações praticadas devem repercutir, lesar o patrimônio da vítima.

Esta medida caracteriza-se por ser punitiva e educativa, já que o adolescente passa a reconhecer que seu ato foi um erro, que é responsável pelo dano sofrido pela vítima e que precisa reparar o ilícito cometido.

Caso o adolescente não possua meios de reparar o dano, se possível, o encargo passará a ser dos pais, permitindo a imposição de uma outra medida ao adolescente para que o sentido pedagógico do sistema socioeducativo não seja esquecido.

1.3.3 Prestação de serviços à comunidade

Esta medida possibilita o retorno do adolescente autor de ato infracional ao convívio com a comunidade, por meio de tarefas, ou serviços, que serão prestados pelo jovem, em locais como escolas, hospitais e entidades assistenciais, possibilitando, assim, o desenvolvimento de trabalhos voluntários, de cunho social e humanitário, sendo atividades escolhidas de acordo com a condição do jovem. Uma das formas de reinserção do adolescente à sociedade, permitindo sua participação ativa em prol da organização comunitária. Como dita o art. 117 do ECA:

A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais,

escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais.

Parágrafo único. As tarefas serão atribuídas conforme as aptidões do adolescente, devendo ser cumpridas durante jornada máxima de oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a frequência à escola ou à jornada normal de trabalho.

Este meio socioeducativo é viabilizado pelas Varas de Infância e Juventude, que, por convênio com os estabelecimentos determinados (hospitais, escolas,...), oportunizam o cumprimento da medida. A execução depende, dentre outros fatores, da fiscalização do juiz e do cumprimento da entidade em possibilitar os trabalhos do adolescente.

1.3.4 Liberdade Assistida

A medida predispõe um conjunto de ações personalizadas, que permitem a disposição de programas pedagógicos individualizados, orientadores adequados, respeitando as circunstâncias inerentes de cada adolescente, que permitiram a realização da infração, como demonstra o art. 118 do ECA:

A liberdade assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente.

§ 1º A autoridade designará pessoa capacitada para acompanhar o caso, a qual poderá ser recomendada por entidade ou programa de atendimento.

§ 2º A liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, o Ministério Público e o defensor.

O caráter pedagógico ainda predispõe a viabilização da inserção do adolescente autor de ato infracional no convívio familiar e comunitário, o seu desenvolvimento escolar e a sua integração profissional.

O cunho coercitivo encontra-se na necessidade da observação e acompanhamento ao adolescente, nos diversos pontos da sua vida social. Tais características, explicitadas acima, estão congratuladas no Estatuto, em seu art. 119, abaixo:

Art. 19 Incube ao orientador, com o apoio e a supervisão da autoridade competente, a realização dos seguintes encargos, entre outros:

I – promover socialmente o adolescente e sua família, fornecendo-lhes orientação e inserindo-os, se necessário, em programa oficial ou comunitário de auxílio e assistência social;

II – supervisionar a frequência e o aproveitamento escolar do adolescente, promovendo, inclusive, sua matrícula;

- III – diligenciar no sentido da profissionalização do adolescente e de sua inserção no mercado de trabalho;
- IV – apresentar relatório do caso.

A Liberdade Assistida é fixada por, pelo menos, seis meses, podendo o prazo ser alargado, sendo possível a sua substituição ou a sua revogação. Tais características estão configuradas no § 2º, do art. 118, do ECA: “A liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, o Ministério Público e o defensor.”

A realização da medida depende do apoio do município que pode fornecer uma estrutura de programas a serem desenvolvidos, em lugares próximos ao adolescente, inserindo-o em sua comunidade, juntamente com a supervisão do juiz no que tange à operacionalização do regime.

Caso o adolescente não possua meios de reparar o dano, se possível, o encargo passará a ser dos pais, permitindo a imposição de uma outra medida ao adolescente para que o sentido pedagógico do sistema socioeducativo não seja esquecido.

1.3.5 Inserção em regime de semiliberdade

É um tipo de medida que se destina ao adolescente autor de ato infracional, como forma de regime socioeducativo inicial, ou como medida de transição do adolescente em privação de liberdade para o meio aberto, como explica o art. 120, *caput*, do ECA: “O regime de semiliberdade pode ser determinado desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto, possibilitada a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial.”

A semiliberdade possui caráter punitivo, já que, para o cumprimento da medida, há a necessidade do internamento do adolescente em uma unidade especializada, limitando, em parte, o direito de ir e vir do adolescente.

O regime também prevê uma qualidade pedagógica, como afirma o § 1º, do art. 120, do ECA: “é obrigatória a escolarização e a profissionalização, devendo sempre que possível, ser utilizados os recursos existentes na comunidade” Estas atividades serão realizadas fora da unidade de internamento, no período diurno.

1.3.6 Internação em medidas socioeducativas

A medida de internação coaduna com a idéia de retirar o adolescente autor de ato infracional do convívio com a sociedade. Em contrapartida, a internação, também possui o condão pedagógico, visando à reinserção do adolescente em privação de liberdade, ao meio familiar e comunitário, bem como o seu aprimoramento profissional e intelectual.

O art. 121, *caput*, do ECA possibilita o entendimento sobre a medida, suas condições de imposição e desenvolvimento, embasadas na Política da Proteção Integral: "A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento."

Os preceitos aplicados na imposição da medida são primordiais para que as garantias e direitos do adolescente sejam reverenciados. E as regras são: a brevidade - o regime deve ser desenvolvido por pouco tempo, o necessário para a readaptação do adolescente; a excepcionalidade - em último caso, a internação deve ser imputada; e o respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento - a imposição do meio predispõe uma investigação, em cada caso, se o adolescente tem condições de cumprir a medida e se a internação possibilita formas para o desenvolvimento educativo e profissional do adolescente.

O período de internação deve ser constantemente analisado e a sua manutenção decidida a cada seis meses, possuindo o prazo máximo de cumprimento de até três anos. Atingido o tempo limite de internação, o adolescente deve ser liberado ou inserido na medida de semiliberdade ou liberdade assistida. Para a desinternação, é necessária a autorização do juiz, com a ouvida do Ministério Público. A liberação imediata do adolescente é aos 21 anos, determinação esta admitida mesmo após o advento da lei 10.406/02 (Novo Código Civil), que passa a considerar o adolescente de 18 anos, maior civilmente, alegação que não foi recebida pelos tribunais, possibilitando o cumprimento da internação pelo jovem até os 21 anos de idade, como destaca Ishida (2006, p. 190-191), mediante posicionamento que adiante se vê:

Maioridade civil alcançada com fundamento na lei 10.406/02 (Código Civil) não elide a aplicação de medida socioeducativa, diante do caráter em formação do adolescente e da obrigatoriedade de proteção do Estado, nos termos do ECA (art. 121, § 5º). Ordem denegada.

Afasta-se da arguição do impetrante quanto à inovação contida no Código Civil vigente. Aos atos infracionais não se aplica a maioria civil de dezoito anos, uma vez que o Estatuto da Criança e do Adolescente considerou a previsão de cumprimento da medida socioeducativa de internação até os vinte e um anos (art. 121, § 5º) em decorrência da formação da personalidade, do caráter do jovem e da vida civil.

Ademais, como já anteriormente ficou salientado em voto do eminente Dês. Denser de Sá (HC nº 101.288-0/0), posicionamento em contrário 'levaria à possibilidade absurda de admitir-se que um adolescente que cometesse um ato infracional quando estivesse próximo de completar 18 anos de idade ficasse praticamente imune, pois livre das sanções previstas na lei penal e, ao mesmo tempo, impedido de receber, por período adequado, qualquer das providências ressocializantes previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, estando por conseguinte fadado a permanecer na delinquência, uma vez que o Estado, estaria de mãos amarradas para atuar em seu favor e em prol da sociedade'.

Nesse diapasão, respaldado na interpretação teleológica do direito positivo, mantém-se o regime ora impugnado, especialmente porque do sistema não exsurge a idéia de revogação do caráter retributivo para condutas anti-sociais. (TJSP- *Habeas Corpus* nº 102.475-0/0- São Paulo- Rel. Dês. Luís de Macedo- j. 12-5-03- v.u.)

A internação deve ser imposta, ou por consequência do cometimento de atos infracionais, de grave ameaça ou violência, ou pela reincidência, destes tipos de crimes, ou ainda pelo descumprimento de outra medida, e, nesse caso, o prazo é menor, de três meses.

O ECA, em seu art. 123, determina que a entidade de cumprimento da medida deve usar os critérios de idade, condição física e gravidade do ato infracional para separar os adolescentes em privação de liberdade.

Várias são as garantias oferecidas ao adolescente autor de ato infracional, que cumpre medida de internação, como as determinadas no art. 124, do ECA, que passam pelo direito ao conhecimento de sua situação processual, de receber escolarização, profissionalização, de ter condições dignas para a sua permanência na medida socioeducativa.

1.3.7 Qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI

Os meios de proteção são configurados também como uma das medidas destinadas aos adolescentes infratores, como afirma o art. 112, inciso VII, do ECA. Trata da criança e do adolescente que está sendo violado, negligenciado em seus direitos e garantias, como prevê o art. 98, do ECA:

As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados:

- I – por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;
- II – por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável;
- III – em razão de sua conduta.

As ameaças ou violações advindas pelo Estado, sociedade e família podem repercutir na conduta do adolescente, possibilitando a sua inserção na

criminalidade, seja na ineficiência da execução de políticas públicas, em prol da criança e do adolescente, seja na disposição precária de serviços públicos de saúde, educação, seja na exploração, abuso, maus-tratos, entre outros, em detrimento do desenvolvimento positivo do adolescente. O próprio adolescente também é autor de ato infracional de seus direitos, a violação é possibilitada, por exemplo, na sua prática de ato delituoso, influenciado por psicotrópicos.

O art. 101, I a VI, do ECA, disponibiliza as medidas de proteção que são ministradas ao adolescente infrator, que esteja violado em suas garantias:

Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 98, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas:

- I – encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;
- II – orientação, apoio e acompanhamento temporários;
- III – matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;
- IV – inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente;
- V – requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;
- VI – inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;
- VII – abrigo em entidade;
- VIII – colocação em família substituta.

Este conjunto de métodos significa a reinserção do adolescente ao meio familiar; o apoio de orientadores, temporariamente, dependendo da necessidade deste; a obrigatoriedade da escola no cotidiano desses jovens; a inserção do jovem e da família em ações beneficiárias a estes; a inclusão do adolescente a tratamento psicológico, hospitalar; o encaminhamento de jovens a procedimentos médicos e terapêuticos, objetivando o fim da dependência por drogas.

1.3.8 Remissão

A remissão é concedida pelo Ministério Público, como forma de exclusão do processo, sendo permitida antes do procedimento judicial começar. Também é possível o consentimento da medida, durante a investigação do delito cometido pelo adolescente, considerada, neste caso, meio de suspensão ou exclusão do processo, outorgada pelo juiz. A hipótese da aplicação da remissão está ligada às condições e conseqüências do ato praticado, à situação social vivida pelo autor de ato infracional e sua maior ou menor colaboração no referido delito.

O art. 127, do ECA, possibilita a remissão cumulada à imposição de medida socioeducativa, com exceção dos meios que limitam a liberdade de ir e vir do adolescente infrator. É possível ainda concluir, por meio do mesmo artigo, que a remissão dada ao autor de ato infracional não significa o reconhecimento de sua culpabilidade, já que não existe a necessidade de comprovação de sua responsabilidade, não predominando, assim, para efeitos de reincidência.

O meio aplicado por razão da remissão poderá ser reavaliado judicialmente, a qualquer tempo, por meio do requerimento do adolescente, ou de seu representante, ou do promotor de justiça.

[1] Art. 302 do CPP:

Considera-se em flagrante delito quem:

I – está cometendo a infração penal;

II – acaba de cometê-la;

III – é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração;

IV – é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.

[2] Opinião do Promotor da Infância e da Adolescência, por ocasião da publicação de matéria jornalística (USO modifica perfil das infrações. *O Povo*, Fortaleza, 2 abr. 2008. Cobertura especial: adolescente infrator p. 6).

1.4. ATO INFRACIONAL

De acordo com o ECA, ato infracional é a conduta descrita como crime ou contravenção praticada por crianças ou adolescentes. (ECA, art. 103)

O código penal, em seu artigo 1º afirma que:

Considera-se crime a infração penal a que a lei comina pena de reclusão ou de detenção, quer isoladamente, quer alternativa ou cumulativamente com a pena de multa; contravenção, a infração penal a que a lei comina, isoladamente, pena de prisão simples ou de multa, ou ambas, alternativa ou cumulativamente. (Código Penal Brasileiro, art. 1º)

Segundo o ECA, em se tratando de ato praticado por criança, é importante ressaltar que todos os procedimentos necessários serão realizados na esfera do Conselho Tutelar; voltando o foco para o adolescente, tem-se que a análise de cada caso e suas particularidades, bem como a aplicação da medida socioeducativa que se entender mais adequada dar-se-à no âmbito da Justiça da Infância e da Juventude.

Ainda pelo mesmo estatuto, pode-se dividir essas infrações em vários delitos como os praticados contra a pessoa, os praticados contra o patrimônio, os

praticados contra os costumes, contra a paz pública, contra a fé pública, contra a administração pública, leis de tóxicos, porte de armas e lei ambiental.

Todas essas formas de delitos praticados por adolescentes são passíveis de medidas punitivas, mas essas medidas não são impostas pelo Código Penal, devido ao fato de que as crianças e adolescentes estão sujeitos as medidas de proteção. O Código Penal declara em seu art. 27 que “Os menores de 18 (dezoito) anos são penalmente inimputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial”.

Embora sendo considerados imputáveis pelo Código Penal, os adolescentes que se colocam em conflito com a lei não deixam de ser responsáveis pelos atos infracionais que praticam, sendo inseridos nos meios de proteção e ações educativas, previstas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Da apuração do ato infracional até a aplicação da medida, os procedimentos devem ser realizados pelos órgãos do judiciário em conjunto, levando-se em conta que o objetivo do sistema juvenil de justiça não é simplesmente punir, mas prover ao adolescente um ambiente de apoio pedagógico, permitindo seu pleno desenvolvimento e sua reinserção social.

Tais procedimentos devem iniciar-se já no momento da apreensão, seja ela em flagrante ou por ordem judicial. Nos dois momentos o adolescente deve ser informado a respeito de suas garantias processuais, dentre as quais destacamos: F

- I – pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, mediante citação ou meio equivalente;
- II – igualdade na relação processual, podendo confrontar-se com vítimas e testemunhas e produzir todas as provas necessárias à sua defesa;
- III – defesa técnica por advogado;
- IV – assistência judiciária gratuita e integral aos necessitados, na forma de lei;
- V – direito de ser ouvido pessoalmente pela autoridade competente e
- VI – direito de solicitar a presença de seus pais ou responsável em qualquer fase do procedimento.

A sexta garantia, tão importante quanto às demais, tem caráter psicológico, uma vez que o adolescente terá maior conforto moral e emocional com a presença da família, tendo em vista sua condição peculiar de desenvolvimento.

Nesse contexto, em obediência aos preceitos contidos na Constituição Federal, e no Estatuto da Criança e do Adolescente, fica evidente que deve a autoridade competente, diante dos fatos, adotar algumas medidas e analisar de imediato, a legalidade da apreensão e também sua necessidade. Assim, tratando-

se de adolescente apreendido em flagrante de ato infracional, pode e deve o Promotor de Justiça ordenar a soltura daquele ilegalmente apreendido. Do mesmo modo, deve colocar em liberdade àquele que, embora legalmente apreendido, se enquadre nas situações previstas em lei nas quais não haja motivo para a manutenção de sua apreensão.

Quando não há a liberação imediata do adolescente sob a guarda de seus responsáveis, este deve ser mantido em cela separada, ou ser internado em entidade própria e ser apresentado no prazo máximo de 24 horas ao Ministério Público. O prazo máximo de internação antes da sentença definitiva é de 45 dias. Portanto, cabe ao Ministério Público a definição da pena que deve ser imputada ao adolescente, após oitiva deste e das testemunhas do processo. Posteriormente a sentença final será determinada, sendo possível a apresentação de recursos por parte da defesa e da acusação, conforme determinado pelo ECA, em seu artigo 198.

O Estatuto não vem justificar os atos infracionais praticados pelos adolescentes, mas dar a estes a garantia de que seus direitos vão ser respeitados e que terão direito à educação, profissionalização, atendimento pedagógico e psicológico, além de condições saudáveis para que possa se desenvolver plenamente sem a necessidade da prática de delitos. Da mesma forma, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) incorpora os princípios dessa teoria, ao estabelecer, em seu art. 1º, que “dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. A proteção à criança e ao adolescente decorre de um reconhecimento, por parte do Estado, da vulnerabilidade daqueles que ainda não atingiram a maioridade. Por ainda estarem em fase de crescimento e formação, devem receber proteção especial. Isso consiste no princípio do respeito à peculiar condição de pessoa em desenvolvimento, o qual, juntamente com os princípios da proteção integral (art. 1º ECA) e da prioridade absoluta (art. 4º ECA), orienta as disposições legais que resguardam os direitos das crianças e dos adolescentes.

1.4.1 Procedimento e apuração do ato infracional

Os procedimentos de apuração do ato infracional estão determinados, nos arts. 171 a 190 do ECA, tais providências assemelham-se às realizadas no Sistema Processual Penal.

A apuração necessita, entre outros fatores, da atuação de vários órgãos do Judiciário, sendo imprescindível uma integração entre estes, a fim de que os direitos e garantias processuais do adolescente não sejam violados.

É importante salientar que as figuras que atuam na apuração do ato infracional devem sempre convergir em favor do adolescente, aplicando meios ressocializantes, de acordo com as condições do infrator, como alega Veronese (1997, p. 101 apud COLPANI)

Todas as figuras que atuam no processo de apuração de ato infracional praticado por adolescente, seja o juiz, o advogado, o promotor de justiça, (este último é responsável pela representação) todos convergem ou devem convergir em favor deste adolescente infrator, na busca da melhor medida a ser aplicada, levando em consideração as circunstâncias em que ocorreu o ato delituoso e as condições do agente (biológicas, psíquicas e sociais).

A apuração da infração inicia-se mediante apreensão do adolescente que delinqüiu e se configura em duas situações: ou em flagrante de ato infracional, o qual é encaminhado à autoridade policial, ou por ordem judicial, onde é levado à autoridade judiciária. Na ocasião, o adolescente deve ser informado dos responsáveis pela sua apreensão, bem como de seus direitos.

A idade do adolescente deve ser verificada, levando em consideração a data do fato cometido, sendo comprovada por meio da certidão de nascimento, permitindo ao infrator, após a ocorrência do delito, se maior de 18 anos, responda pelo seu ato de acordo com o que apregoa o ECA.

Nos casos de flagrante de ato infracional, praticados com violência ou grave ameaça, a autoridade policial lavra o auto de apreensão, e nos demais flagrantes, há boletim de ocorrência circunstanciado. A investigação, nos flagrantes de ato infracional, tem seu início pela ouvida das testemunhas e do adolescente sobre o fato, pela apropriação do material recolhido ou usado na infração, pelos exames pertinentes para a prova da autoria e materialidade do fato.

O adolescente tem o direito de comunicar à família sua apreensão, permitindo sua eventual liberação mediante o comparecimento de seu responsável à Polícia e da promessa de que se apresentará ao Ministério Público. E a este, a Polícia encarrega-se de entregar a cópia do auto de apreensão ou o boletim de ocorrência. Caso o adolescente não se apresente, os pais são notificados.

Há também a possibilidade de não ocorrer à liberação do adolescente, desde que comprovada a necessidade de segurança pessoal ou manutenção da ordem

A defasagem escolar, por conta de inúmeros fatores, assim como o abordado acima, verifica-se na população dos autores de atos infracionais. Dados fornecidos em uma pesquisa realizada pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento (STDS), em 2.744 internos, na cidade de Fortaleza, em 2006, 1.442 não estudavam, mostrando uma realidade de quase 50% de jovens fora da escola. O que permite entender que exista uma preocupação maior em punir jovens, do que propriamente reinseri-los na sociedade, tal como se pode verificar nas idéias de Volpi (2001 apud JOST, 2006, p. 104), que chama a atenção para o seguinte fato:

A sociedade em geral, o que realmente interessa é a tranquilidade do afastamento do infrator do meio social, incluindo nessa afirmação, um novo elemento na compreensão do problema, que é a alienação. Explica que, ao se retirar o indivíduo malfeitor do meio social para a prisão, cria-se a sensação de haver-se retirado também o delito, alienando a sociedade do processo da construção social do delito e, ao mesmo tempo, subjetivando-o como uma prática individual e isolada.

Outro aspecto que deve ser divulgado é sobre a gravidade dos delitos cometidos por adolescentes, dentre os quais, os crimes contra o patrimônio são os mais praticados como atesta uma pesquisa feita pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Adolescentes que cumpriram medida de internação, no período de setembro a outubro de 2002, o crime de roubo representou em torno de 41,2% do total de delitos praticados e o homicídio, aproximadamente 14,7% dos crimes. A DCA (Delegacia da Criança e do Adolescente) dita: "O aumento no número de crimes graves está ligado ao fácil acesso às armas", já que o próprio órgão denuncia que, no ano de 2006, apreendeu 719 armas (561 armas de fogo e 158 armas brancas), sendo um número quatro vezes maior que o de 2003, quando se recolheram 203 armas.

Ainda analisando, constata-se que a maior parte de autores de atos infracionais é do sexo masculino, com idade de 17 anos, trabalha, mora com os pais e usa drogas, sendo o *crack* o entorpecente mais utilizado. Outro fator muito comum com relação à criminalidade entre adolescentes e a facilidade de acesso a drogas lícitas e ilícitas, muitas vezes, começam a consumir bebidas e cigarros em seu próprio ambiente familiar, sendo mesmo incentivados por pais e outros familiares ou pelo grupo. A partir daí, fica fácil partirem para o consumo de drogas mais pesadas como maconha, cocaína e principalmente o crack. A dependência de drogas, nesse sentido, está sendo considerada como um dos

maiores incentivadores à infração. Odilon Silveira é Promotor da Infância e Adolescência de Fortaleza, há 17 anos, e explica sobre a mudança do perfil dos jovens autores de atos infracionais:

Quando eu comecei esse trabalho, era comum os adolescentes cheirarem cola no Centro da cidade, furtos e descuidos perto das paradas de ônibus. Esse era o perfil, que foi desaparecendo ao longo do tempo. Posteriormente foi havendo uma mudança nisso. Passamos a atender o adolescente com outro perfil: usuário e dependente de drogas. A cola, esmalte e alguns outros tipos de solvente ou alucinógenos passaram a ser substituídos pela maconha, cocaína, crack. A partir de agora, tanto começou a aumentar o número de adolescentes primários envolvidos na criminalidade, como os atos infracionais cometidos por eles passaram a ser mais graves.

Não há uma possível causa específica para a prática de infrações por parte dos adolescentes, há sim suposições principalmente as de caráter social. A família foi colocada como a grande orquestradora da marginalidade, eis que os pais ou responsáveis são considerados como causadores da 'situação irregular' de seus filhos ou pupilos, seja ela concebida como carência de meios indispensáveis à subsistência, abandono material e até mesmo a prática de infração penal. Verifica-se no texto legal que o Estado não pode ser responsabilizado por nada, somente aparecendo depois de instalada qualquer hipótese que configure situação irregular, fazendo-se presente unicamente através de seu poder coercitivo, que o autoriza a intervir, amena ou drasticamente na vida do menor e/ou de sua família. PAULA (1989, p;146).

A violência entre adolescentes tem aumentado bastante nos últimos anos, sendo cada vez mais graves como estupros, homicídios, entre outros, sem uma conotação econômica, o que afasta as condições econômicas e subumanas em que vivem os jovens como causa da delinquência juvenil, mesmo porque tem aumentado bastante os casos de adolescentes autores de atos infracionais entre as classes média e alta.

Desta forma, não se pode definir apenas um causa para a delinquência juvenil, estas são bastante amplas, não ficando restritas apenas a vadiagem, pobreza, fome, abandono social, podendo-se colocar também como causas para a delinquência a formação de bandos, más companhias, drogas, falta de educação, indulgência por parte dos pais, entre outras, alguns pontos referenciados no ECA, SINASE.

Outro ponto importante a ser discutido é a família, pois a desestruturação familiar, que tem que enfrentar inúmeros problemas no seu dia a dia, não tem

condições de oferecer um desenvolvimento saudável a criança. O que deve ficar claro, é que no caso, não são apenas as famílias pobres que enfrentam dificuldades financeiras é que geram filhos delinquentes, embora a delinquência seja maior entre jovens carentes, mas muitas famílias de maior poder aquisitivo também tem filhos que praticam atos infracionais principalmente devido a desestrutura do ambiente familiar, em que pais trabalham fora o dia inteiro, são omissos e indulgentes frente às faltas dos filhos, contribuindo também para que estes adentrem no mundo do crime, principalmente levados pela certeza que a família irá defende-los e de que ficarão impunes porque sua família tem dinheiro e pode pagar bons advogados.

Verificamos que entre os fatores que levam à violência doméstica ou familiar, estão os estresses muito altos, provocados pela dificuldade de comunicação na família; o alcoolismos e abuso de drogas; o excesso de responsabilidade assumido por pais solteiros; a paternidade e maternidade precoce; a prática educativa muito punitiva, geralmente imposta por pais com história de abuso na própria infância; o baixo grau de escolaridade o que não isenta os pais com melhor grau de instrução. (PEREIRA, 2000). Constatamos que depois de sofrerem algum tipo de violência, muitas crianças e adolescentes, vítimas de violência na família, passam a viver na rua tentando sobreviver. As estratégias de sobrevivência, na rua, são: o trabalho, mendicância, além da prostituição e da prática de delitos/infrações.

FERRAZ (1994) também comenta que o ser humano não herda os instintos de seus ancestrais e que, certamente a violência é uma qualidade distorcida do caráter, adquirida pós-parto, como todas as demais qualidades. Assim a criminalidade não é uma tara de nascimento, mas o produto de desajustamento do indivíduo com relação ao meio social, quando este falha em sua tarefa educativa.

"As pessoas não nascem boas ou más, é a sociedade quer queira quer não, que educa moralmente seus membros: a família, os meios de comunicação, o convívio com outras pessoas, tem influência marcante no comportamento agressivo ou não, de crianças, jovens e adolescentes". (ROUSSEAU, apud MACHADO, 1893,p.48).

CAPÍTULO II

2.1 O ESTADO A SOCIEDADE, A FAMÍLIA E O ADOLESCENTE AUTOR DE ATO INFRACIONAL

A Constituição Federal, embasada na Doutrina da Proteção Integral, fundamenta no artigo 227, *caput*, a responsabilização do Estado, sociedade e família, como entes que devam permitir, agir e assegurar que crianças e adolescentes tenham seus direitos e garantias, prioritariamente, respeitados, como adiante se vê:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Mas o que se vê na realidade é exatamente o contrário, crianças e adolescentes sofrendo violações de seus direitos, descaso com relação as políticas públicas, escolas sem estrutura, enfim, profundo descaso das autoridades e abandono por parte das famílias no que diz respeito aos direitos das crianças e adolescentes. Os problemas enfrentados são inúmeros e vão desde o abandono, respeito à saúde violência social, drogas, trabalho infantil, violência doméstica, entre outros. (SINASE)

Varias pesquisas demonstram que as maiorias dos adolescentes que adentram ao crime sofrem abandono ou violência por parte de suas famílias e também da sociedade em geral. Muitos abandonam seu lar ou começam a trabalhar muito cedo devido à situação de pobreza das famílias ou da comunidade onde vivem, sendo então facilmente seduzidos ao crime pela facilidade de conseguir dinheiro.

Em relação à agressão familiar é importante considerar que, ao agir de forma agressiva para modificar as condutas indesejadas dos filhos, os pais inadvertidamente apresentam um protótipo de comportamento que demonstra aos filhos a efetividade dos atos agressivos na obtenção dos resultados esperados. Dessa forma, treinam as crianças para um repertório agressivo e para a manifestação de comportamentos anti-sociais, como ameaças, trapaças e intimidações, cujo objetivo é maximizar gratificações e evitar as exigências impostas por terceiros. (CAPALDI & cols., 1997; PATTERSON, 1998, apud HUTZ, 2005, p, 17).

Embora também não se possa negar que muitos adolescentes autores de atos infracionais não vivem em situação de miséria e abandono, muitos são oriundos de famílias de classe média e alta, com acesso a boas escolas e dinheiro, mas acabam se envolvendo em situações delituosas mais por não ter o que fazer ou pela falta de estrutura familiar, pais que buscam compensar sua ausência com dinheiro ou presentes e principalmente pais que são muito complacentes com os atos do filho, que ensinam os filhos a não respeitarem a propriedade e os direitos dos outros através de super proteção o que rege nos artigos 227 da Constituição Federal e 4º do ECA.

Percebe-se deste modo que não apenas a sociedade que desrespeita os direitos das crianças e dos adolescentes ou fecha os olhos para o problema, o Estado que é omissor nas políticas públicas para diminuir a delinquência entre jovens, que aplica leis brandas que dá aos adolescentes a sensação de impunidade, os meios policiais que são extremamente violentos na apreensão e retenção desses adolescentes, casas de proteção que são verdadeiras prisões, poder judiciário lento e moroso na aplicação das penas e julgamento dos casos, a família é a principal responsável pela delinquência juvenil, visto que pais e mães atuais não educam seus filhos para respeitarem os direitos e a propriedade alheia, mas apenas para irem em busca da satisfação de seus desejos e ganhos monetários, como se apenas o dinheiro resolvesse todos os problemas.

2.2 SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO - SINASE

O SINASE constitui-se de uma política pública destinada à inclusão do adolescente em conflito com a lei que se correlaciona e demanda iniciativas dos diferentes campos das políticas públicas e sociais.

Essa política tem interfaces com diferentes sistemas e exige atuação diferenciada que combine a responsabilização (com a necessária limitação de direitos determinada por lei e aplicada por sentença) e satisfação de direitos.

Os órgãos deliberativos e gestores do SINASE são articuladores através de atuação das diferentes áreas da política social. Neste papel de articulador, a incompletude institucional é um princípio fundamental norteador de todo o direito da

adolescência, que deve permear a prática dos programas socioeducativos e da rede de serviços. Demanda a efetiva participação dos sistemas e políticas de educação, saúde, trabalho, previdência social, assistência social, cultura, esporte, lazer, segurança pública, entre outras, para a efetivação da proteção integral, de que são destinatários todos adolescentes.

A responsabilidade pela concretização dos direitos básicos e sociais é competência da pasta responsável pela política setorial, conforme as atribuições de cada um dos entes federativos e de seus órgãos. Contudo, é indispensável a articulação das várias áreas para maior efetividade das ações, inclusive com a participação da sociedade civil.

Para tanto, os Conselhos Nacional, Estaduais, Distrital e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente bem como os órgãos gestores do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, nos seus respectivos níveis, devem articular-se com os Conselhos e órgãos responsáveis pelo controle, gestão, supervisão e avaliação dos demais sistemas e políticas sociais para o desenvolvimento de ações integradas e que levem em consideração as peculiaridades que cercam o atendimento aos adolescentes inseridos no SINASE. Entre outras ações que podem favorecer o desenvolvimento da articulação destacam-se as seguintes:

- 1) estímulo a prática da intersetorialidade;
- 2) campanhas conjuntas destinadas a sociedade em geral e aos profissionais da área, com vistas a concretização da Doutrina de Proteção Integral adotada pelo ECA;
- 3) promoção de discussões, encontros, seminários (gerais e temáticos) conjuntos;
- 4) respeito às competências e atribuições de cada ente federativo e de seus órgãos, evitando-se a sobreposição de ações;
- 5) discussão e elaboração, com os demais setores do Poder Público, para expedição de atos normativos que visem ao aprimoramento do sistema de atendimento;
- 6) expedição de resoluções conjuntas, disciplinando matérias relacionadas à atenção a adolescentes inseridos no SINASE.

O acesso às políticas sociais, indispensáveis ao desenvolvimento dos adolescentes, dar-se-á, preferencialmente, por meio de equipamentos públicos mais

próximo possível do local de residência do adolescente (pais ou responsáveis) ou de cumprimento da medida.

A medida de internação (seja provisória ou decorrente de sentença) leva, no mais das vezes, a necessidade de satisfação de direitos no interior de Unidades de atendimento. No entanto, assim como nas demais medidas socioeducativas, sempre que possível esse atendimento deve acontecer em núcleos externos, em integração com a comunidade e trabalhando os preconceitos que pesam sobre os adolescentes sob medida socioeducativa e internação provisória.

Por estar inserido no Sistema de Garantia de Direitos, o SINASE deve servir, também, como fonte de produção de dados e informações que favoreçam a construção e o desenvolvimento de novos planos, políticas, programas e ações para a garantia de direitos de todas as crianças e adolescentes, reduzindo-se a vulnerabilidade e a exclusão social a que muitos estão expostos.

CAPITULO III

3.1. À ANÁLISE DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO

3.1.1. As bases dos centros de socioeducação no Paraná

A Secretaria de Estado da Criança e da Juventude (SECJ) é um órgão de administração estadual. Tem por finalidade a organização, a promoção, a coordenação, o desenvolvimento e a articulação da política estadual de defesa dos direitos das crianças e adolescentes, a promoção e o fomento das políticas públicas para a juventude e o exercício de outras atividades correlatas.

O campo de atuação compreende atividades relacionadas à formulação, organização e desenvolvimento da política estadual de garantia dos direitos da criança e do adolescente e a constituição de redes de proteção e de socioeducação.

Para desenvolver essas atribuições, a Secretaria desenvolve uma série de atividades, dentre elas a implementação do sistema socioeducativo no Paraná, com (apoio aos programas em meio aberto; o apoio e desenvolvimento de programas e ações voltados à estruturação de um sistema de proteção à criança e ao adolescente; o assessoramento aos órgãos públicos e entidades não-governamentais na elaboração e execução de programas, projetos e ações relativas às áreas de proteção e socioeducação. (Cadernos do Instituto de Ação Social do Paraná).

Os Centros de Socioeducação são as unidades de atendimento da Secretaria de Estado da Criança e da Juventude, que executam as medidas socioeducativas privativas de liberdade que integram a Rede de Atenção ao Adolescente em Conflito com a Lei do Estado do Paraná. Estão articulados entre si e com os demais equipamentos da rede, programas e regimes de atendimento, permitindo o funcionamento orgânico do sistema de justiça juvenil. (Cadernos do Instituto de Ação Social do Paraná)

As bases da implantação dos Centros de Socioeducação são definidas pela sua concepção arquitetônica; concepção sócio-pedagógica; dinâmica funcional; e definição de equipamentos e materiais, conforme preconizado no SINASE: (tópico 7, p.67 – normas estabelecidas pela lei nº 8.666/93)

- a) Concepção arquitetônica: O projeto arquitetônico oferece um ambiente seguro, humanizador e educativo, que permite o cumprimento da medida num clima de tranquilidade para facilitar a ação socioeducativa e favorecer o despertar do potencial humano positivo dos adolescentes.
- b) Concepção sociopedagógica: voltada para o processo educativo pleno, integral, transformador e emancipador, que favorece o aprendizado para a participação social cidadã e que estimula o adolescente a iniciar a construção de um novo projeto de vida, baseado em valores éticos e morais.
- c) Dinâmica funcional: Busca a formação de uma comunidade educativa responsável e comprometida com o processo educativo do adolescente, atuando de forma cooperativa, transdisciplinar e com atitude permanente de aprendiz, apoiada em um programa de capacitação permanente.
- d) Estrutura de equipamentos e materiais: Os ambientes contarão com a estrutura material adequada e necessária para o cumprimento das finalidades específicas de cada uma de suas áreas: alojamentos, escola, oficinas, ginásio de esportes, cancha de areia, teatro de arena, área de convívio familiar, área de saúde, serviços de apoio, área administrativa e monitoramento da segurança.

3.1.2. Caracterização medida de internação

A Internação é a medida privativa de liberdade aplicada como resultado de processo judicial, quando o ato infracional foi praticado mediante grave ameaça ou violência à pessoa ou quando houve reincidência no cometimento de outras infrações. Sua duração pode variar de 6 (seis) meses até 3 (três) anos, com avaliação periódica, a cada 6 meses, conforme estabelece o artigo 121 do ECA.

No estado do Paraná o programa está instalado em espaço físico especialmente preparado, que atende as exigências do ECA e do SINASE, e que possibilite a separação dos adolescentes por idade, compleição física e gravidade da infração, além de permitir o desenvolvimento da proposta pedagógica, em condições adequadas de segurança. A quantidade de vagas ofertadas poderá variar entre 20 e 90, dependendo das características da população e da demanda regional.

3.1.3. Público alvo: adolescente autor de ato infracional

Internação é aplicada para adolescentes de 12 a 18 anos incompletos, encaminhados ao Centro de Socioeducação, por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente. Como essa medida socioeducativa tem duração máxima de 3 (três) anos, o programa poderá atender adolescentes de até 21 anos incompletos.

3.1.4. Objetivos: Compete ao CENSE

- Desenvolver nos adolescentes as competências de ser e de conviver de modo a contribuir para a construção do seu projeto de vida;
- Promover o atendimento dos adolescentes através de ações socioeducativas, privilegiando a escolarização, a formação profissional e a inclusão familiar e comunitária dos adolescentes;
- Zelar pela integridade física, moral e psicológica dos adolescentes;
- Realizar relatórios técnicos e estudos de caso dos adolescentes, abordando os aspectos socioeducativos de sua história pregressa e os fatos ocorridos durante o período de internação;
- Proporcionar oportunidades para o desenvolvimento do protagonismo juvenil;
- Preparar os adolescentes para o convívio social, como pessoas cidadãos e futuros profissionais, de modo a não reincidirem na prática de atos infracionais;
- Estabelecer redes comunitárias de atenção aos adolescentes e seus familiares, com o objetivo de favorecer sua integração a partir do desligamento.

O processo socioeducativo segundo SINASE (6.1 diretrizes pedagógicas do atendimento socioeducativo) deverá conter minimamente objetivos a ser desenvolvidos de modo compartilhado, o ordenador de ações deve utilizar como instrumentos pedagógicos: Estudo de Caso, Plano Personalizado de Atendimento e Conselho Disciplinar.

Estudo de Caso: É um método de investigação composto por diversas etapas, que incluem a coleta de informações, um processo de pensamento, constituído por análise dos dados e determinação de soluções, e um processo de julgamento ou avaliação, os quais serão realizados por uma equipe interdisciplinar.

Plano Personalizado de Atendimento: É a base necessária para a construção do projeto de vida do adolescente, considerando suas perspectivas presentes e futuras. Deve conter metas objetivas, envolvendo diversas áreas, tais como: imagem pessoal, saúde corporal, hábitos, educação formal, trabalho, esporte, cultura, lazer, relacionamentos. Implica no comprometimento do adolescente mediante a observância de passos estratégicos rumo à viabilização das metas planejadas. É acompanhado por uma equipe interdisciplinar do Centro, contando com apoio da família e da rede social mobilizada e, também com a ciência do juiz.

Conselho Disciplinar: É composto por representantes dos diferentes setores do centro, que têm a responsabilidade de apreciar e decidir sobre os casos que envolvam falta disciplinar de natureza grave ou gravíssima, envolvendo situações que põem em risco a integridade física, mental, moral, emocional dos adolescentes, dos funcionários e de terceiros ou por danos ou destruição do patrimônio público.

A participação e o comprometimento da comunidade socioeducativa na gestão dos centros se inicia a partir da elaboração de documentos estruturantes da ação programática que são os seguintes: o regimento interno, o plano de ação, os formulários de controle, a grade de atividades diárias, as normas disciplinares dos adolescentes e o código de conduta funcional.

- a) Regimento Interno: apresenta os objetivos, o público alvo, os programas, as características, as estruturas formadoras e as responsabilidades de cada setor do centro;
- b) Plano de Ação: define as ações, objetivos, estratégias e recursos necessários ao desenvolvimento dos programas do centro para o ano em curso;
- c) Formulários de controle: criação de formulários para registro dos adolescentes, controles administrativos e técnicos, acompanhamento e avaliação das ações desenvolvidas;

- d) Grade de atividades: define a rotina diária com os horários de todas as atividades do adolescente e do centro;
- e) Normas disciplinares dos adolescentes: define os direitos, deveres, proibições e sanções a que estão sujeitos todos os adolescentes do centro;
- f) Código de conduta funcional: apresenta os direitos, deveres, proibições e penas disciplinares a que estão sujeitos os funcionários do centro.

A SECJ mantém 15 unidades de âmbito regional distribuídas nos municípios de Curitiba, Londrina, Foz do Iguaçu, Cascavel, Toledo, Campo Mourão, Paranavaí, Umuarama, Pato Branco, Santo Antonio da Platina, Piraquara, Ponta Grossa, Laranjeiras do Sul, Maringá e Fazenda Rio Grande.

CAPÍTULO IV

4.1. PESQUISA DE CAMPO NO (CENSE) CENTRO DE SOCIOEDUCAÇÃO FAZENDA RIO GRANDE

4.1.1. Caracterização do CENSE

Trata-se de órgão oficial, mantido pela Secretaria de Estado da Criança e da Juventude, cujo objetivo principal é executar o programa de internação de adolescentes do sexo masculino, a quem se atribui autoria de ato infracional.

O Centro de Socioeducação de Fazenda Rio Grande foi inaugurado em julho de 2004, como Serviço de Atendimento Social (SAS), executando o programa de internação provisória feminina. No ano de 2005, após rebelião no CENSE São Francisco, alguns adolescentes que participaram da rebelião deveriam ser transferidos para outros CENSEs, como a demanda das adolescentes do sexo feminino era pequena o CENSE Fazenda Rio Grande passou então a atender o programa de internação masculina. Atualmente possui capacidade para atender a 30 adolescentes entre 12 e 21 anos, em três galerias de alojamentos e quatro salas de atividades pedagógicas.

Para efetivação da proposta de atendimento a equipe socioeducativa realiza atendimentos em grupo e individual. Apesar de previsto, o Plano Personalizado de Atendimento (PPA) não vem sendo executado por falta de profissionais de psicologia. A unidade oferece diversas oficinas tais como: tapeçaria, relacionamento interpessoal, cartas, artesanato, culinária e saúde integral.

Nas atividades intramuros e externas, os adolescentes têm a perspectiva de reinserção trabalhada, de forma gradativa, com o acompanhamento e parecer da equipe socioeducativa.

O projeto pedagógico contempla atividades escolares referentes a 1ª a 4ª séries (Fase I), possibilitando a continuidade da escolarização, e 5ª a 8ª séries (Fase II), conforme modelo de Educação de Jovens e Adultos (PROEDUSE).

Além de oportunizar a garantia dos direitos aos adolescentes privados de liberdade, o Centro de Socioeducação Fazenda Rio Grande assegura as seguintes atividades:

- I – atendimento pedagógico, social e psicológico;
- II – acesso à educação e a profissionalização;
- III – acesso a atividades culturais, esportivas e de lazer;
- IV - acesso à família;
- V – acesso a tratamento médico, odontológico e farmacológico.

O quadro funcional é formado por direção (1), administrativo (2), equipe técnica sendo assistente social (2) e pedagoga (1), educadores sociais feminino (3) e masculino (19), servidores de apoio, sendo motoristas (2) e cozinheiras (2), equipe de enfermagem (2 auxiliares), PROEDUSE composto por professores (8) e Pedagoga(1). Empresa Terceirizada, auxiliar de manutenção (1), funcionária setor de lavanderia (1) e funcionárias na limpeza (2).

Este estudo realizou nesta instituição uma pesquisa, por meio da aplicação de um roteiro de entrevista (Anexo), visando conhecer melhor o perfil dos adolescentes autores de atos infracionais e, conhecer os motivos que o levaram a praticar o ato infracional, bem como sua experiência dentro da instituição e suas perspectivas para o futuro.

O levantamento dos dados envolveu seis internos onde era perguntado sua idade, se era dependente químico na época em que cometeu ato infracional, se era reincidente, qual o ato praticado, há quanto tempo estava cumprindo a medida sócio-educativa, bem como os motivos que o levaram a cometer o ato infracional, sua relação com a família e o que espera do futuro.

Os resultados obtidos nas entrevistas realizadas foram que a idade dos entrevistados variava entre 15 e 18 anos, todos cursam o ensino fundamental no PRODEUSE (Programa de Educação nas Unidades de Socioeducação), todos relatam dependência química anterior à medida de internação. O tempo de internação varia entre 01 e 12 meses, com relação a reincidência apenas um dos entrevistados relata ser reincidente. Os atos infracionais cometidos vão desde roubo, até estupro e homicídio. Os entrevistados não relatam outras medidas socioeducativas anteriores a medida de internação.

Com relação aos motivos que levaram a prática do ato infracional, os adolescentes relataram a dependência de droga como principal motivo para a prática de atos infracionais, embora alguns relataram a falta de atividades, brigas

familiares e o desejo de comprar coisas caras, bem como o envolvimento com más companhias.

Quando perguntado a respeito das atividades que fazem na unidade e como é sua rotina no dia a dia, dois dos entrevistados demonstraram otimismo, dizendo que fazem vários cursos e gostam de estudar, já fazem atividades fora da escola e demonstram boa vontade em cumprir a medida da melhor forma possível. Um dos entrevistados relata estar na unidade a muito pouco tempo (01 mês) e ainda não realizar nenhuma atividade ou cursos extras. Os demais reclamam do atendimento dos educadores, dizem que são mal tratados, que ninguém presta atenção neles e dizem ser ruim estar preso. Todos relatam sentir falta da liberdade e gostariam de voltar ao convívio da família. Podemos refletir o quanto a instituição é responsável pela socialização, pela introjeção de valores e pela formação da identidade desses adolescentes em privação de liberdade. (ACOSTA).

Com relação a aspectos positivos e negativos da medida de internação, dois entrevistados relatam como aspectos positivos o fato de poderem estudar, aprender uma profissão e poderem trabalhar quando terminarem de cumprir a medida de internação, os demais reclamam da medida, dizem que tudo é ruim, que não em o que fazer além de jogar bola e assistir a televisão, não demonstram muito interesse em estudar e aprender uma profissão, só relataram que querem sair logo da instituição e ir para casa.

Percebeu-se pelas respostas dos internos que aqueles que tinham mais atividades e estudavam eram mais otimistas com relação ao futuro do que aqueles que não estavam fazendo cursos ou outras atividades.

Quando perguntados a respeito da convivência familiar, todos relataram que a convivência com a família é boa, alguns disseram que melhorou depois da internação, relataram ficarem felizes quando é dia de visita ou quando podem ir visitar a família em casa, e que ficam tristes quando a visita acaba. É comum no discurso de todos dizerem sentir pena da mãe por ter que vê-los nesta situação e ter que visitá-los na unidade de internação.

Analisando os dados da pesquisa pode-se concluir que o uso de drogas pode ser considerado um dos grandes vilões quando se fala em infrações cometidas por adolescentes, visto que 100% dos entrevistados declararam usar drogas antes de cometer o ato infracional.

Este fato pode ser corroborado por pesquisas que afirmam que o uso de drogas é sem dúvida um dos principais elementos da delinquência entre adolescentes, demonstrando que este uso, principalmente de drogas ilícitas, apresenta-se como um agente motivador do cometimento de atos infracionais por adolescentes, sendo este fato revelado pelos próprios entrevistados, que revelaram dentre as motivações questionadas, a influência significativa tanto do uso da droga quanto do grupo de amigos.

Esse quadro se agrava ao nos depararmos com fatores determinantes do processo de exclusão : crescimento significativo da população juvenil brasileira; concentração populacional; difícil acesso à educação, à cultura e ao lazer; difícil acesso ao sistema de saúde; baixos valores de rendimento familiar; evasão escolar; etc. A vulnerabilidade própria da idade, somada a esses fatores, expõe o jovem pobre a situações adversas, como o uso, o abuso e o tráfico de drogas; a gravidez precoce e indesejada; as transgressões, as infrações e os crimes dos quais são vítimas e/ou autores; a morte precoce e outras. (ACOSTA P.72)

Outro fator que pode ser ressaltado nesta pesquisa é a baixa escolaridade dos adolescente pesquisados. Essa circunstância de vida é cientificamente reconhecida como fator de risco associado ao uso de drogas, além de contribuir no processo de marginalidade social dos adolescentes, levando-os a situações de indigência e a outras estratégias próprias de sobrevivência, que incluem a prática de atos infracionais.

Foi observado também que o sexo de maior incidência no caso de adolescentes autores de ato infracional é o masculino, sendo este fato explicado pelo fato de que os meninos têm mais necessidade de auto-afirmação entre seus pares. Procuram mais impressionar os amigos demonstrando serem fortes, expondo-se desta forma a mais riscos que as meninas. Além disso, a maioria das meninas é mais cuidada e vigiada pela família do que os meninos que são criados mais livres.

Outro fator observado foi o fato que a maioria dos entrevistados morava com os pais no momento que cometeram o ato infracional e não trabalhavam, ficavam como eles mesmos declaram muito tempo sem fazer nada, demonstrando que a falta de ocupação é também um dos fatores determinantes do cometimento de atos infracionais por menores, pois o fato de não ter uma ocupação regular deixa os adolescentes livres para se envolverem com más companhias.

Há ainda que se refletir que, no cotidiano das famílias de baixa renda/pobres, instala-se outro círculo vicioso difícil de ser rompido: a falta de políticas públicas empurra os jovens pobres para comportamentos socialmente excludentes; quanto mais excluídos, menos as políticas atuais atingem mudanças de comportamentos necessárias para sua inclusão social. Cabe-nos diferenciar políticas sociais de políticas públicas. Para podermos prosseguir com nossas

A

...discussões, entendemos que a política pública é aquela que é voltada para toda a população, independentemente de classe social, e a política se volta para um segmento populacional específico. (ACOSTA, P. 63-78)

B

C

- 2

CAPÍTULO V

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar a respeito do adolescente autor de ato infracional é bastante complexo, pois se trata de jovens que antes mesmo de terem sua personalidade formada já se envolvem com atos infracionais e delitos, e que sofrem varias violações de seus direitos, têm medo, tristezas, histórias de abandono.

Pode-se concluir pelo presente estudo que das medidas socioeducativas aplicadas aos adolescentes autores de atos infracionais, as mais eficazes ainda são as medidas que não envolvem a privação da liberdade. Medidas como liberdade assistida e obrigação de reparação do dano são ainda consideradas as medidas mais eficazes, desde que houvessem ações preventivas que colocassem o adolescente em situação de risco social e pessoal, de modo efetivo capaz de evitar que ele reincidisse em atos infracionais menos graves. Entretanto, sabe-se que o aparato das redes de proteção é insuficiente para tal efetividade.

Com relação à pesquisa realizada pode-se concluir que as medidas de internação poderão ser eficazes quando envolverem projetos educativos, como a continuação dos estudos e a realização de cursos profissionalizantes, pois dos adolescentes entrevistados os que tinham melhores perspectivas futuras e esperança de não voltarem a cometer atos infracionais eram os que estavam estudando ou fazendo outras atividades e cursos profissionalizantes.

REFERÊNCIAS

- Adolescente Comentado**, Comentários Jurídicos e Sociais. 2ªed. São Paulo: Malheiros, 1996.
- ACOSTA, Ana Rojas e Vitale, Mª Amália Faller (org) – **Família: redes, laços e políticas públicas** 4ª edição SP, Cortez Editora, 2008 P. 63-78.
- BRASIL. Código de Processo Penal. **Organização dos textos, notas remissivas e índices por Juarez de Oliveira**. 31ª edição. São Paulo: Saraiva, 1992.
- BRASIL. Lei nº. 8.069, de 13 de Julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 13. de. São Paulo: Atlas, 2006.
- Compreendendo o Adolescente. **Cadernos do Instituto de Ação Social do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2006.
- _____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988.
- _____. Decreto-Lei 3.914, de 9 de dezembro de 1941. **Lei de Introdução ao Código Penal**. Brasília, DF, Senado, 1941.
- _____. Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Brasília, DF, Senado, 1940.
- _____. Decreto- Lei 3.689, de 3 de outubro de 1941. **Código de Processo Penal**. Brasília, DF, Senado, 1941.
- CAVALCANTE, Patricia Marques. **As Medidas socioeducativas impostas ao adolescente infrator segundo o ECA**. Disponível em <http://www.jurisway.org.br/>, acessado em 20 de outubro de 2010.
- CAPALDI & cols., 1997; PATTERSON, 1998, apud HUTZ, 2005, p, 17
- COLPANI, Carla Fornari. **A responsabilização penal do adolescente infrator e a ilusão de impunidade**. Disponível em: Acesso em: 10 abr. 2008.
- Cury, Munir; Amaral e Silva, A; Mendez, E.G (coords.). **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado**, Comentários Jurídicos e Sociais. 2ªed. São Paulo: Malheiros, 1996.
- ISHIDA, Valter Kenji. **Estatuto da criança e do adolescente: doutrina e jurisprudência**. 8. de. São Paulo: Atlas, 2006.
- JESUS, Maurício Neves de. **Adolescente em conflito com a lei: prevenção e proteção integral**. Campinas, SP: Ervando, 2006.

LOSACCO, Silvia – **O jovem e o contexto familiar.**

MIRANDA, Sônia Guariza. **Criança e adolescente em situação de rua: políticas e práticas sócio-pedagógicas do poder público em Curitiba.** Curitiba, UFPR, Tese de Doutorado, 2005.

PAULA, Paulo Afonso Ganido de. **Menores, Direito e Justiças: Apontamentos para um novo Direito das crianças e adolescentes.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1989.

SARAIVA, João Batista Costa, p. Cit., p 31 Súmula 108 do STJ

Política, Ciência e Cultura em MAX WEBER. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000, pp.311-323

SARAIVA, João batista Costa - **Adolescente em Conflito com a Lei: da indiferença à proteção integral.** 3ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2009.

Jornal o Estado do Paraná online, disponível em <http://www.parana-online.com.br/editorial/cidades/news/32004>, acessado em 19 de novembro de 2010.

SARAIVA, João batista Costa, op. Cit., p 31 Súmula 108 do STJ

VOLPI, Mário. **Sem liberdade, sem direito: a experiência de privação de liberdade na percepção dos adolescentes em conflito com a lei.** São Paulo: Cortez, 2001

O Povo online, disponível em <http://www.opovo.com.br/opovo/fortaleza/961296> acesso em 19 de novembro de 2010, Promotor Aguiar, Odilon silveira

SILVIA, Lygia Maria Pereira. **Violência Doméstica – Criança e Adolescente .I.** Título CDU- Documentário

Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo - **SINASE/Secretaria Especial dos Direitos Humanos** - Brasília-DF: CONANDA, 2006.

ANEXOS

ROTEIRO UTILIZADO PARA ENTREVISTA – ADOLESCENTES/CENSE



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SETOR DE EDUCAÇÃO

DEPARTAMENTO DE TEORIA E FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE CENTRO DE SÓCIOEDUCAÇÃO

ALUNA: ROSIMÊNIA DE FÁTIMA PUCCI

TÍTULO DA MONOGRAFIA: MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS E O ADOLESCENTE

EM CONFLITO COM A LEI - Uma análise da percepção do adolescente sobre sua vivência em medida socioeducativa de internação -

ORIENTADORA: Profa. Dra. SÔNIA GUARIZA MIRANDA.

ROTEIRO DE ENTREVISTA (ANÔNIMA)

Público alvo: adolescentes em medida socioeducativa de internação (sexo masculino)

Unidade: Fazenda Rio Grande/PR

1. Dados do Respondente:

Idade:

Escolaridade:

Dependência química () anterior () atual – substância: tratamento em andamento: não

Outros problemas de saúde:

Medida socioeducativa: Internação – tempo já transcorrido:

Reincidência desta medida:

Ato infracional motivador da medida:

Outras medidas socioeducativas anteriores (citar quais, bem como ato infracional motivador. Elencar por ordem histórica, primeira, segunda, etc.)

2. História dos motivos que levaram o adolescente-respondente desde sua primeira medida socioeducativa até a atual: por que se envolveu com o ato infracional, questões familiares, econômicas, escolares, vida comunitária, e outras que o respondente apontar. Por que reincidiu (quando for o caso).
3. Sobre sua participação na atual medida – de internação :
 - 3.1. Como é seu dia-a-dia dentro desta unidade: atividades, rotinas, cursos (feitos ou em andamento).
 - 3.2. Quais os aspectos positivos e negativos da vida diária de interno. Como a medida de internação está auxiliando (ou não) na construção de um novo momento de vida, após sua saída.
 - 3.3. Qual a sua convivência familiar neste momento de internação: avalie sua relação familiar antes da internação e atual.